



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14100 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT14 - Sociologia da Educação

PROGRAMA PARLAMENTO JOVEM CATARINENSE: LETRAMENTO POLÍTICO E EDUCAÇÃO PARA A DEMOCRACIA EM SANTA CATARINA (2014-2022)

Luciano Daudt da Rocha - UNISUL - Universidade do Sul de Santa Catarina - Campus Tubarão

Alcilea Medeiros Cardoso - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS

Agência e/ou Instituição Financiadora: Instituto Anima

PROGRAMA PARLAMENTO JOVEM CATARINENSE: LETRAMENTO POLÍTICO E EDUCAÇÃO PARA A DEMOCRACIA EM SANTA CATARINA (2014-2022)

Resumo: Comunicamos resultados parciais da pesquisa Parlamento Jovem Catarinense (PJC): letramento político e educação para a democracia em Santa Catarina. O objetivo geral é analisar os impactos do PJC no letramento político da juventude catarinense e na formação de novas lideranças. Os resultados são da pesquisa exploratória feita sobre as últimas 13 edições (2014-2022) do PJC. Mapeamos cidades e escolas sorteadas no período selecionado e a composição das legislaturas. O PJC se distribuiu de forma equânime pelas 8 regiões do estado, atendendo grande número de estudantes. A participação feminina tem sido significativa na composição das legislaturas. Nas considerações finais, destacamos a importância de ações de educação para a democracia como o PJC e de pesquisas sobre educação legislativa. Chamamos a atenção para a necessária reflexão sobre o que acontece no caminho destas meninas, que as afasta da política, a exemplo do parlamento adulto.

Palavras-chave: Educação para a democracia, educação legislativa, letramento político, Parlamento Jovem Catarinense.

Introdução

A Escola da ALESC existe desde 2000 e atua na formação continuada dos servidores da casa e na execução de programas de formação política para a sociedade, debatendo assuntos como democracia e equidade, respeito à diversidade, transformação política e social e transparência da atuação. O Núcleo de Educação para a Democracia (NED) é o setor responsável por programas junto à Educação Básica, sendo o Parlamento Jovem Catarinense (PJC) um deles. São edições semestrais e delas participam 40 estudantes do Ensino Médio, provenientes de 8 regiões do estado. O PJC não se restringe à formação dos 40 estudantes eleitos parlamentares. Nas escolas sorteadas, o NED desenvolve atividades com os demais estudantes, debatendo democracia e organização do Estado, atingindo milhares de jovens a cada edição.

Não há estudos sobre a atuação da Escola da ALESC e poucos são os estudos sobre educação legislativa. Destacamos as pesquisas de Cosson (2015), que discute o conceito de letramento político e investiga as possibilidades dessa formação a partir do Legislativo; Martins e Barros (2018) analisam os relatos dos egressos do Parlamento Jovem Brasileiro; Coelho e Melo (2019) resgatam o pioneirismo da Escola da ALEMGO no contexto brasileiro; Trindade, Lázaro Júnior e Silame (2021) investigam o Parlamento Jovem de Alfenas (MG) como um importante espaço para educação em direitos humanos.

Sobre a Escola da ALESC, iniciamos pelo programa de maior visibilidade, o PJC. O objetivo geral é analisar os impactos do PJC na formação de jovens lideranças. Para cumpri-lo, necessitamos mensurar o alcance do PJC nas suas últimas 13 edições (2014-2022) e analisar as diferenças regionais e de gênero na composição de cada uma das edições do PJC.

A educação para a democracia é prioridade e deve ser um esforço de toda a sociedade, de responsabilidade não só das escolas. Desde a redemocratização, cada vez mais casas legislativas vem conduzindo programas de educação para a democracia, pois é nestes espaços que pessoas de diferentes procedências, classes, raças e gêneros convivem e travam embates que ditam os rumos das sociedades.

As democracias têm sido atacadas no mundo todo. Em diversos casos, são corroídas por dentro, especialmente por pessoas responsáveis por preservá-las, muitas vezes eleitas, defendendo posturas que desestruturam o Estado democrático. Segundo Fraser (2019), vivemos uma conjuntura global de crise geral. Nesta conjuntura de crise, estão os ataques às democracias liberais, a faceta política dessa crise generalizada, que se apresenta como ambiental, social e econômica e revela o esgotamento do neoliberalismo. As sociedades e os Estados estão diante de um cenário de ruptura: ou constroem alternativas realmente progressistas, que enfrentem a crise generalizada ou avançam rumo ao autoritarismo, para que se perpetue um sistema baseado nos privilégios de classe, raça, gênero e nacionalidade.

No caso catarinense, é preciso pensarmos educação para a democracia a partir dos problemas e questões locais, ultrapassando os limites das análises que centram seus pressupostos e modelos de conduta em realidades exteriores (MIGNOLO, 2020),

especialmente em um momento em que as escolas estão fragilizadas pelas perniciosas acusações de doutrinação política e pelas agressões à autonomia escolar e ao trabalho docente. É positivo que o Legislativo articule suas ações de educação política com as escolas de Educação Básica.

Metodologia

A revisão da literatura demonstrou a inexistência de estudos sobre educação legislativa em Santa Catarina e uma pequena quantidade de estudos sobre outros espaços do Brasil. Portanto, elaboramos uma pesquisa exploratória sobre o histórico do PJC, consultando os documentos sobre as 13 últimas edições (2014-22). Identificamos as escolas e os municípios participantes e quantificamos a participação de meninas em cada uma das delegações; analisamos a participação feminina ao longo do tempo, por região do estado e no comparativo entre as regiões. Os dados foram sistematizados em uma planilha, permitindo o cruzamento das informações e a identificação de novas questões de pesquisa. Como próximos passos desta pesquisa, analisaremos as proposições legislativas de cada uma das delegações participantes das 13 últimas edições do PJC, com o intuito de conhecer as demandas políticas da juventude catarinense e saber como essa mesma juventude raciocina sobre soluções para essas demandas nas diferentes regiões do Estado.

Resultados parciais e discussão

Para participar de uma edição do PJC, as escolas se inscrevem no site da ALESC. São sorteadas 8 escolas, uma por região, a saber: Oeste, Meio-Oeste, Planalto Norte, Planalto Serrano, Sul, Nordeste, Vale do Itajaí e Grande Florianópolis. Cada escola elege 5 representantes, que recebem formação em temas como ciência política, processo legislativo estadual e valorização da democracia e da diversidade. Os eleitos fundam um partido e elaboram, sob a orientação do NED, uma proposição legislativa a ser apresentada e discutida com os demais colegas durante a vivência na ALESC.

O PJC esteve em escolas de 67 municípios no estado, sendo 12 na região Oeste, 10 no Meio-Oeste, 5 no Planalto Norte, 6 no Planalto Serrano, 8 na região Sul, 5 na região Nordeste, 13 no Vale do Itajaí e 8 na Grande Florianópolis. Vinte cidades receberam o programa mais de uma vez, sendo um no Oeste, 3 no Meio-Oeste, 3 no Planalto Norte, 5 no Planalto Serrano, 2 no Sul, 3 no Nordeste e 3 na Grande Florianópolis. Ao total, 97 escolas receberam o programa, sendo 7 delas em 2 ocasiões. As escolas particulares somam 14 instituições e as públicas 83.

Das 13 edições, participaram 509 adolescentes, 282 meninas (55,4%). A participação feminina foi maior no Oeste e Planalto Norte (61,5%), seguido do Meio-Oeste (58,4%). O Planalto Serrano (55,3%), o Vale do Itajaí (54,7%), o Nordeste (52,3%) e o Sul (51,7%)

apresentaram ligeira maioria de participação feminina. Apenas na Grande Florianópolis (47%) a participação feminina esteve abaixo dos 50%.

Sobre o histórico das eleições para a presidência do PJC, observou-se que as meninas venceram em 9 das 13 edições, sendo 3 do Planalto Serrano, 2 do Planalto Norte, uma do Meio-Oeste, uma do Nordeste, uma do Oeste e uma do Vale do Itajaí. Estes dados contrastam com a realidade das legislaturas adultas durante o período pesquisado. Na 17ª legislatura (2011-15), as mulheres ocuparam apenas 4 dos 40 assentos. Na 18ª (2015-19), 4 assentos. Na 19ª (2019-23), 5 assentos. Na atual 20ª (2023-27), apenas 3 assentos. Nenhuma mulher ocupou a presidência da casa.

Considerações Finais

O PJC tem alcançado grande número de escolas e cidades em Santa Catarina. A maioria das escolas são públicas. Os dados sobre a participação de meninas são bastante positivos quando pensamos na igualdade de gênero como pressuposto de uma sociedade plenamente democrática. Porém, esses dados devem ser problematizados em comparação com a participação feminina na ALESC. A participação feminina na política catarinense tende a crescer? Ou, apesar de atuarem como lideranças em suas escolas e serem escolhidas por seus pares para representá-los no PJC, os engendramentos da política oficial e do machismo estrutural obstaculizam essas jovens de seguir sendo representantes de um coletivo?

O PJC é uma ilustração da necessária tarefa da sociedade brasileira, de educar a si e preparar novas lideranças para o amadurecimento da democracia. A carência de estudos sobre educação legislativa ofusca o importante trabalho destas instituições e dificulta que escolas e docentes busquem apoio para seus projetos de educação política.

REFERÊNCIAS

COSSON, R. **Letramento político no legislativo: a experiência do programa Estágio-Visita**. Tese de Doutorado. Pós-Graduação Em Educação - Conhecimento e Inclusão Social (Universidade Federal de Minas Gerais), 2015.

FRASER, N. **O velho está morrendo e o novo ainda não nasceu**. Autonomia Literária, 2019, e-book.

MARTINS, L. M., & BARROS, A. T. Juventude e educação para a democracia: relatos de egressos do Parlamento Jovem Brasileiro. **Revista De Sociologia E Política**, 26(66), 49–78, 2018.

MELO, M; COELHO, F. **Gênese das escolas do Legislativo no Brasil: apontamentos**

históricos sobre a criação da ELALMG. **Revista Do Serviço Público**, 70, 192-217, 2019.

MIGNOLO, W. **Histórias Locais / Projetos Globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.

TRINDADE, G., LÁZARO JÚNIOR, F., SILAME, T. Observatório da democracia de Alfenas/mg: possibilidades e desafios da educação em direitos humanos através do parlamento jovem. **Revista Conexão UEPG**. v. 17, e2117424. 2021.